

Sumário

Prefácio.....	xi
Sobre o autor (1):.....	xiii
Sobre o autor (2):.....	xv
Uma apresentação inicial:.....	xvii
Apresentação da obra:.....	xix
O Analfabeto Político.....	xxvii
Consciência, Educação e Reflexão	xxix
Introdução.....	1
Capítulo I	
Cultura Patrimonialista e Corrupção	
1.1. Dominação tradicional e patrimonialismo.....	5
1.1.1. A dominação de poder em Weber	7
1.1.2. A dominação tradicional patrimonial	10
1.2. Origem e desenvolvimento da cultura política nacional.....	17
1.2.1. A formação do Estado patrimonial português.....	18
1.2.2. A invenção do Brasil: corruptos e corruptores	33
1.3. A corrupção institucionalizada	74
1.3.1. Cultura brasileira da corrupção.....	78
1.3.1.1. “Você sabe com quem está falando?”	80
1.3.2. Estatísticas da corrupção no Brasil.....	81
1.3.2.1. Pesquisa “Os Brasileiros e a Corrupção” (Vox Populi/UFMG)..	81
1.3.2.2. Pesquisa Social Brasileira (PESB): o “jeitinho brasileiro”	84
1.3.2.3. Pesquisa “Escolas corruptas, universidades corruptas: O que pode ser feito” (UNESCO/IIPE).....	91
1.3.2.4. Obra “A Economia Política da Corrupção no Brasil” (Senac).....	97
1.3.2.5. Trabalho “Fraude e corrupção no Brasil: a perspectiva do setor privado” (Kroll).....	98
1.3.2.6. Pesquisa sobre a compra de votos (IBOPE/TB/UNACON)	98
1.3.2.7. Pesquisa sobre a corrupção nacional (IBOPE/TB/IPM)	99
1.3.2.8. Índice de Percepção de Corrupção (TI)	99
1.3.2.9. Relatório Anual de Governança do Banco Mundial (Bird).....	100
Capítulo II	
O Estado Democrático de Direito e a Defesa da Moralidade Administrativa	
2.1. O Estado de Direito e a perspectiva garantista.....	105
2.1.1. O Estado Instrumental de Ferrajoli: O Ponto de Vista Externo.....	109
2.1.2. Estado garantista versus Estado patrimonial	114
2.1.2.1. Da Concepção de Estado	114

2.1.2.2. Da legitimidade do Estado	114
2.1.2.3. Do Sistema Normativo	115
2.1.2.4. Da Soberania Estatal.....	116
2.1.2.5. Do Estado de Impunidade.....	116
2.1.2.6. Estado social e Estado assistencialista	117
2.2. Inserção constitucional do princípio da moralidade administrativa	120
2.2.1. Interesse público na concepção garantista	123
2.2.2. Sobre os princípios.....	127
2.2.3. Princípio da Moralidade Administrativa	131
2.2.3.2. Inserção constitucional.....	139
2.2.3.2.1. Significado.....	142
2.2.3.2.2. Consequências.....	143
2.3. A moralidade administrativa e a jurisprudência nacional.....	147
2.3.1. O princípio da moralidade administrativa no STF	149
2.3.2. O princípio da moralidade administrativa no STJ	153
2.3.3. O princípio da moralidade administrativa no TJSC	156
2.3.4. O princípio da moralidade administrativa e o nepotismo.....	160
2.3.4.1. O nepotismo e suas raízes patrimoniais.....	162
2.3.4.2. O programa de combate ao nepotismo em Santa Catarina	165
2.3.4.3. O nepotismo e a Súmula Vinculante nº 13, do STF.....	168
 Capítulo III	
Instrumentos Constitucionais no Combate à Corrupção	
3.1. Ministério Público e combate à corrupção	173
3.1.1. O Ministério Público e o Estado Democrático de Direito	176
3.1.2. Órgão primordial de combate à corrupção	183
3.2. O combate repressivo aos atos de corrupção e à impunidade.....	186
3.2.1. A impunidade como estímulo à corrupção.....	187
3.2.2. A investigação dos atos de corrupção.....	191
3.2.3. Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429/92.....	195
3.2.4. O instrumento da Ação Civil Pública	199
3.3. A atuação preventiva e a educação das novas gerações.....	202
3.3.1. Os movimentos sociais.....	206
3.3.2. O projeto “O que você tem a ver com a corrupção?”	208
3.3.3. A educação como instrumento de conscientização para a democracia	212
3.3.3.1. Uma consciência universal	213
3.3.3.2. O processo de educação: seres pensantes.....	215
Conclusão.....	221
Referências Bibliográficas.....	225
